

A Abrapp formou um grupo de trabalho com o objetivo de discutir com mais profundidade a norma da Previc que exige das entidades a informação sobre a rentabilidade bruta e líquida dos investimentos. A ideia é apresentar soluções para facilitar que os fundos de pensão cumpram essa norma, já que a maior dificuldade é disponibilizar a informação de rentabilidade bruta de fundos condominiais.

O grupo composto é por Edgar Silva Grassi, da CBS Previdência, Euzébio da Silva Bomfim, da Funcesp, Flávia Nazaré de Souza Barletta, da SP-Prevcom, Vitor Hugo Novaretti, do HSBC Fundo de Pensão e Willians Vieira Cabral, da Fundação Itaú-Unibanco. O diretor da Abrapp, Luiz Alexandre Cure, comandou a primeira reunião e indicou o controller da Abrapp, Antônio Sena, como coordenador do grupo.

Segundo Cure, a Previc exige que as entidades informem rentabilidade bruta e líquida por segmento e por fundo de cada plano. “Aqueles entidades que têm fundos exclusivos tem tudo registrado, então há maior facilidade, mas as que participam de fundos condominiais, de mercado, onde são cotistas, já recebem a cota líquida”, explica. Com isso, o grupo de trabalho pretende discutir tecnicamente e de forma sistêmica o tema olhando para o que mercado fornece aos fundos de pensão em termos de informação e, a partir disso, buscar uma padronização para orientar as entidades a como buscar esses resultados sem onerar seu trabalho.

O tema já é discutido na Comissão Técnica Nacional de Contabilidade da Abrapp, mas segundo Cure, não era suficiente deixar esse tópico apenas na discussão de contadores. “O grupo é multidisciplinar, formado por membros das comissões de contabilidade, de investimentos, de seguridade e de comunicação. Tivemos nossa primeira reunião no fim de junho, mas se necessário, outros profissionais poderão ser envolvidos”, salienta.

Cure diz ainda que o centro da discussão é não onerar mais as entidades e buscar dar informações para os participantes, assistidos e conselheiros, de forma relevante. “Saber o quanto custa isso é importante. O grupo de trabalho pretende desenhar uma proposta para entidades que têm dificuldade em atender exigência da Previc, dando um caminho para que os fundos de pensão possam ter um modelo, um encaminhamento de como formatar os dados”, diz.

O grupo se reunirá novamente nos meses de agosto, setembro e outubro para aprofundar as discussões.

Fonte: [Investidor Institucional](#), em 08.07.2015.